



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E DE PESSOAS DEFICIENTES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS  
QUANTO ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.**

**REDENÇÃO**

**2021**

**ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E DE PESSOAS DEFICIENTES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS  
QUANTO ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Auroras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Polyana Karina Mendes Ximenes

**REDENÇÃO**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Lima, André Luiz Pereira de.

L696p

Políticas públicas de inclusão digital e de pessoas com deficiência: um estudo de caso sobre a qualidade dos serviços ofertados quanto às práticas inclusivas na educação fundamental / André Luiz Pereira de Lima. - Redenção, 2021.

37f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Polyana Karina Mendes Ximenes.

1. Políticas públicas de educação. 2. Inclusão digital. 3. Pessoas com deficiência. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.8131

---

**ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E DE PESSOAS DEFICIENTES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS  
QUANTO ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Auroras.

Aprovado em: 12/06/2021

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Polyana Karina Mendes Ximenes (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof<sup>a</sup>. Me. Afonso Filho Nunes Lopes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida da Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## RESUMO

Essa pesquisa traz como objetivo geral analisar a percepção de docentes da Escola Municipal Domingos Sávio sobre as políticas públicas educacionais presentes nessa instituição. Por acreditar que a adoção de políticas públicas que atendam as necessidades de uma educação inclusiva, seja ela de pessoas deficientes, seja ela digital, e que esteja de acordo com os preceitos legais, talvez seja o grande desafio para a educação de Baturité-CE. A educação tem se mostrado, cada vez mais, algo imprescindível e de grande relevância para uma vida satisfatória em sociedade, desse modo, discutir políticas públicas educacionais, tornou necessário haja vista o avanço das exigências pela oferta de uma educação de qualidade para todos. A inclusão de alunos deficientes talvez seja um dos centros dessa discussão, uma vez que, a partir do momento em que um aluno que apresenta alguma deficiência é incluso na sala de aula regular, muitos desafios são postos à mesa, levando à mobilização de vários agentes sociais, a saber, família, escola e poder público. Outro centro que tem se levando com bastante emergência, é a inclusão tecnológica, principalmente, motivada pela pandemia do Coronavírus, e a ascensão do ensino remoto e híbrido. Diante do exposto, realizou-se por um estudo de caso, através de um questionário semiestruturado, aplicado a professores da Escola Municipal Domingos Sávio, tendo como instrumento de pesquisa, uma entrevista semiestruturada. Todo o exposto buscou dar voz ao seguinte questionamento: Qual a percepção de docentes da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, à cerca das políticas públicas de inclusão educacional?

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Inclusão educacional. Educação Fundamental. Escola.

## ABSTRACT

This research has as a general objective to analyze the perception of teachers from the Domingos Sávio Municipal School about the educational public policies present in this institution. Believing that the adoption of public policies that meet the needs of inclusive education, be it for people with disabilities or digital, and that it complies with legal precepts, is perhaps the greatest challenge for education in Baturité-CE. Education has increasingly shown itself to be something essential and of great relevance for a satisfactory life in society, thus, discussing public educational policies has become necessary in view of the advance of demands for offering quality education for all. The inclusion of disabled students may be one of the centers of this discussion, since, from the moment a student with a disability is included

in the regular classroom, many challenges are brought to the table, leading to the mobilization of various agents social, namely, family, school and public authorities. Another center that has taken on a lot of emergency is technological inclusion, mainly motivated by the Coronavirus pandemic, and the rise of remote and hybrid education. Given the above, it was carried out through a case study, through a semi-structured questionnaire, applied to teachers at the Domingos Sávio Municipal School, using a semi-structured interview as a research instrument. All of the above sought to give voice to the following question: What is the perception of teachers at the Domingos Sávio Municipal Elementary School about public policies for educational inclusion?

**Keywords:** Public policy. Educational inclusion. Elementary Education. School.

## SUMÁRIO

<b>1– INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2– FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 A escola e a formação do cidadão.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Políticas Públicas educacionais.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 Educação Especial Inclusiva.....</b>	<b>17</b>
<b>2.4. Inclusão tecnológica e os desafios do ensino mediado por recursos digitais.....</b>	<b>21</b>
<b>3 – METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

A reflexão em torno da educação no Brasil e ao cumprimento do dever constitucional do poder público em assistir às escolas em todas as suas necessidades, é garantido pela legislação brasileira, através do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Em suma, ela determina que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já anos depois se fez conhecer a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que já em seu Art. 1º esclarece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No que tange à Educação Básica, enfoque dessa pesquisa, tem por finalidades, de acordo com a LDB, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Nesse âmbito está o ensino fundamental, que segundo a LDB, mediante Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006, é obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, o objetivo deste, portanto, é a formação básica do cidadão.

As garantias proporcionadas pela LDB, no que tange à inclusão social, são diversas, cabendo destacar a Educação Especial e a inclusão digital, que por sua vez, se constituem no foco desse estudo, ambas sendo realizada no âmbito escolar da Educação Fundamental.

No que tange à Educação Especial Inclusiva, que ganhou um capítulo à parte, intitulado Capítulo V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, traz, em seu Art. 58, através de redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, essa modalidade educacional, para os efeitos desta Lei, é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Nessa perspectiva, a partir do ano de 1996, deu-se maior embasamento teórico e prático a algumas questões educacionais, mas que também não deixam de ser sociais. Em relação ao Ministério da Educação e secretarias de educação, sejam elas estaduais ou municipais, percebe-se o enfrentamento de temas polêmicos, que durante muitos anos não receberam a devida atenção, como no caso da inclusão educacional de portadores de necessidades especiais. São considerados portadoras de tais necessidades, pessoas com retardos mentais, Deficiência

Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência na Linguagem, Deficiência Motora, deficiência física, dentre outras.

A inclusão tecnológica e digital, por sua vez, partindo para um quadro mais geral, em que pese à escola pública, é um dos assuntos que mais ganha evidência dentro do âmbito das Políticas Públicas. A Pandemia do Coronavírus, e o consequente isolamento da população, têm levado muitas pessoas a procurarem outras formas de dar continuidade aos serviços e tarefas diárias, nesse cenário, a tecnologia surge como grande aliada e mediadora dessa continuidade. Embora o tema inclusão digital na educação tenha ganhado mais relevância nesses últimos tempos, é algo que tem sido debatido há alguns anos, em virtude das mudanças nas metodologias de ensino, ora adotadas.

Diante de todo o exposto, optou-se, nessa pesquisa, pelo tema: Políticas Públicas de inclusão educacional: uma investigação sobre a qualidade dos serviços ofertados quanto às práticas inclusivas na educação fundamental.

Em 2018, o IBGE abriu espaço para discussão sobre a importância de quantificar o número de alunos portadores de deficiência presentes nas escolas públicas brasileiras, através do Programa Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais. O principal embasamento dessa pesquisa é que, uma vez conhecendo a quantidade de crianças e jovens com deficiência no Brasil, facilita na promoção de políticas públicas de universalização do acesso à Educação Básica e de oportunidade de aprendizagem para todos. O desenvolvimento de indicadores fidedignos é essencial para melhor acompanhamento e garantia desse direito fundamental.

O Jornal O Estadão relata que em junho de 2014 houve a aprovação da Lei nº 13.005, o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina metas e estratégias para a política educacional do Brasil até 2024. Dentre essas metas, cabe destacar a número 4, cujo objetivo é universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O estopim do processo de inclusão, segundo Amaral (2014), foi a democratização da escola, a partir daí surge a contradição inclusão / exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva e nisso, um maior envolvimento do poder público.

Dois acontecimentos importantes na perspectiva de Souto (2014), para a fundamentação dos atuais direitos da pessoa deficiente à educação na escola regular foram a Declaração de Salamanca que define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação; e outro foi a criação, em 1996, da LDB, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, que preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades

A adoção de políticas públicas que atendam as necessidades de uma educação inclusiva, seja ela de pessoas deficientes, seja ela digital, e que esteja de acordo com os preceitos legais outrora citados, talvez seja o grande desafio para Baturité-CE, que hoje conta com um total de 03 escolas da rede municipal na sede do município que atendem crianças do ensino fundamental I e II, dentre elas está a Escola Municipal Domingos Sávio. Essa escola oferece ensino do 5º ao 9º ano, além da EJA, e conta hoje com cerca de 1230 alunos matriculados, desses, 39 possuem alguma deficiência.

Diante de todo o exposto, surge a seguinte pergunta norteadora: Qual a percepção dos docentes da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, em Baturité-CE, à cerca das políticas públicas de inclusão educacional?

Essa pesquisa traz como objetivo geral analisar a percepção dos docentes da Escola Municipal Domingos Sávio sobre as políticas públicas educacionais presentes nessa instituição. Em relação aos objetivos específicos, essa pesquisa busca demonstrar a importância de políticas públicas educacionais, no assessoramento a estudantes em situação de vulnerabilidade social na Escola Municipal Domingos Sávio; analisar vertentes teóricas que apontam para a inclusão educacional nos diversos âmbitos sociais; identificar os recursos utilizados para promover a inclusão na Escola Municipal Domingos Sávio.

A presente pesquisa contribuirá para enriquecer a bibliografia referente a essa temática, uma vez que é raro encontrar algo parecido, exceto poucas publicações acadêmicas em instituições educacionais ali presentes. Assim sendo, essa pesquisa servirá como fonte de consulta para a comunidade acadêmica e escolar que venham a abordar a questão da Educação Inclusiva.

Essa pesquisa compõe-se de introdução, nela são apontados os objetivos de pesquisa, justificativa e problemática; referencial teórico que traz a importância da inclusão na educação socioeducacional e a realidade do ensino público no Brasil; Compõe-se, ainda, de metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências bibliográficas.

O interesse por esse tema veio de vivências escolares, quando aluno na educação básica. Na época, notava-se, com frequência, a carência de rampas de acesso a algumas salas de aula; era raro haver programas que assessorassem e assistissem os alunos nas suas necessidades, seja física, intelectual, econômica e tecnológica. Assim, o passar de alguns anos, e das diversas mudanças que têm ocorrido nos diversos âmbitos da sociedade, tem permitido refazer essa percepção, através de um estudo de caso.

## **7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **7.1 A escola e a formação do cidadão**

A educação tem se mostrado, cada vez mais, algo imprescindível e de grande relevância para uma vida satisfatória em sociedade. Nesse aspecto Cristofoleti (2012) aponta o papel que a escola, quanto ponte nesse processo, tem em possibilitar aos alunos uma formação que os permita compreender criticamente a realidade social e que nela também possam agir, sabendo organizar suas ações.

De acordo com Stochi (2016) é função da educação, iniciar um processo de aprendizagem contínua, de modo a possibilitar crianças, jovens e adultos, alcançarem a excelência em suas habilidades cognitivas e sociais, transformando-se em profissionais dedicados, críticos e especializados em suas áreas de atuação, uma vez estando no mercado de trabalho.

Para Coimbra (2013), a escola reproduz o nosso ideal de sociedade. Identifica-se nela um dinamismo próprio independente, tanto no desenvolvimento da sociedade quanto no interior da escola.

Não se pode negar a importância da escola na formação do cidadão, mas o alcance transformador da escola na sociedade é limitado pelas condições do ambiente econômico, político e social onde ela atua. Se o sistema econômico, político e social for mais justo, de tendência mais igualitária, a atuação da escola é facilitada, é mais bem entendida, por ser mais verdadeira, reitera Coimbra (2013).

Corroborando com as ideias citadas, Silva e Ferreira (2014) acreditam que a escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, uma vez que, além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral aos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar.

Assim, entende-se que a escola é um espaço onde os indivíduos começam a ter as relações para além da família, ou seja, passa a conviver com pessoas de diferentes raças, cor, etnia, religião, cultura.

Coimbra (2013) acredita que seja possível potencializar a atuação da educação, se for possível fazer uma síntese das reflexões teóricas sobre a real capacidade da educação de provocar as transformações sociais que se propõe. Assim, tanto do lado da política quanto da educação, a transformação social mais necessária é a que caminhe na direção da diminuição das desigualdades.

Para Brustolin e Drey (2016), na educação da Sociedade do Conhecimento, a escola tem um papel central no nível do ensino básico tanto para o desenvolvimento da capacidade de aprender como para o desenvolvimento dos valores da formação do cidadão.

Para que a escola cumpra seu papel como instituição voltada para a formação educacional e cidadã, trazendo à realidade, a proposta de igualdade para todos os agentes ali envolvidos, em particular os alunos, se faz necessário que haja investimento maciço em políticas públicas educacionais, de acordo com a necessidade de cada instituição, e cada comunidade a qual a escola está inserida.

## 7.2 Políticas Públicas educacionais

Oliveira (2012) traz um panorama da situação em que se encontram as ações do poder público, no que tange às Políticas Públicas em benefício da sociedade. Para ele:

A discussão acerca das políticas públicas tomou, nas últimas décadas, uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas. (OLIVEIRA, 2012, p. 01).

Brustolin e Drey (2016) argumentam ainda que discutir sobre políticas educacionais recentes é navegar por mares nunca antes navegados, uma vez que envolve risco de fazer uma avaliação precipitada e errônea sobre as águas que irão ser encontradas nos próximos tempos. Podem-se, ainda, estabelecer novas rotas ou cometer erros demasiadamente simples. No entanto, se faz necessário que haja essa discussão, no intuito de identificar as necessidades das populações mais vulneráveis.

Para esclarecimento inicial do que seja Política pública, Ferreira e Nogueira (2015) afirmam que:

[...] nada mais é do que a ponte que liga as determinações e objetivos legais com a realidade local. Por conseguinte, tais políticas têm uma ligação direta com a escola, posto que esta é o lócus onde a realidade que necessita ser atingida se apresenta. Logo, toda escola sofre os reflexos advindos das políticas públicas educacionais, quer direta ou indiretamente. (FERREIRA E NOGUEIRA, 2015, p. 01)

Espera-se da escola pública que ela seja para todos e de qualidade. Para alcançar estes objetivos, ou seja, uma escola comum que efetivamente cumpra com os objetivos propostos na Constituição Federal (Art. 205 - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho), que políticas públicas sejam lançadas como forma de fazer com que o comando legal atinja o seu objetivo, relatam Ferreira e Nogueira (2015).

A escolarização é imprescindível para ampliar as possibilidades de inserção de uma pessoa no âmbito social, desse modo, Moraes (2016) aponta que a cada nova geração crescem os requisitos educacionais para acesso a trabalho qualificado e para uma boa circulação social. De maneira correspondente, dissemina-se o conceito de educação como direito em vários países, ampliando-se as faixas etárias e os níveis de ensino sobre os quais o Estado se compromete.

Moraes (2016) aponta, portanto, correlações entre escolarização e vários tipos de favorecimento social, como empregabilidade, maiores médias salariais e maior expectativa de vida.

Conforme relatos de Rodrigues (2010, p. 47/48, apud Ferreira e Nogueira, 2015, p. 2/3) para que uma política pública seja implementada, faz-se necessário passar por etapas, que visam identificar as necessidades e interesses da sociedade, são elas: “a) Preparação da decisão política – O governo decide enfrentar um determinado problema e buscar algum tipo de solução para uma situação que produz privação, necessidade ou não satisfação. O problema existe? O Governo deve se envolver nesse problema? De que maneira? b) Agenda setting – A formação da agenda. Nesse momento, o problema tornar-se uma questão política, isto é, adquire status de problema público e as decisões sobre esse problema resultarão, efetivamente no desenho de políticas ou programas que deverão ser implementados. c) Formulação – na formulação das políticas públicas, a discussão passa a girar em torno do desenvolvimento de cursos de ações aceitáveis e pertinentes para lidar com um determinado problema público”.

Para além dessas etapas, Rodrigues (2010, p. 47/48, apud Ferreira e Nogueira, 2015, p. 2/3), mencionam, ainda, que a construção da solução para um determinado problema implica, em primeiro lugar, a realização de um diagnóstico. Para que o programa/político saia do papel, é preciso interpretar o ambiente para planejar/organizar as ações, decidir sobre quais os benefícios/serviços que se pretende implementar, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação. d) Implementação - Em resumo significa a aplicação da política pela máquina burocrática do Governo. Trata-se do momento de preparação para colocar as ações de Governo em prática. e) Monitoramento – Como as agências administrativas afetam e conferem conteúdo às políticas adotadas, há necessidade de se realizar uma avaliação pontual das ações de Governo referentes ao impacto da implementação. f) Avaliação – Por fim, a atividade de avaliação de resultados da política/programa concentra-se nos efeitos gerados.

Pelo exposto, percebe-se que Políticas Públicas resultam, portanto, de mais de uma

decisão política, sendo necessárias várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Desse modo, elas constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos.

As políticas públicas, segundo Oliveira (2012), podem ser divididas em três tipos: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas consistem em redistribuição de renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos, como exemplo os programas de bolsa-escola, bolsa-universitária, cesta básica, renda cidadã, isenção de IPTU e de taxas de energia e/ou água para famílias carentes, dentre outros.

As políticas públicas distributivas, segundo o referido autor, implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer, dizendo respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse. São exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, os reparos em uma creche, a implementação de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego, dentre outros.

Já as políticas públicas regulatórias consistem na elaboração das leis que autorizarão os governos a fazerem, ou não, determinada política pública redistributiva ou distributiva. Enquanto as duas primeiras implicam no campo de ação do poder executivo, a política pública regulatória é, essencialmente, campo de ação do poder legislativo. Esse tipo de política possui importância fundamental, pois é por ela que os recursos públicos são liberados para a implementação das outras políticas, mas por não ter resultado imediato, muitas vezes é ignorada pela população.

As políticas públicas educacionais, portanto, se encaixam na categoria de política pública distributiva, pois implicam em ações cotidianas que o governo precisa fazer, por meio da oferta de equipamentos e serviços públicos. No entanto, como observa Oliveira (2012), educação é um conceito muito amplo para se tratar nas políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais têm um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. (OLIVEIRA, 2012, p. 4/5).

Nesse espaço de socialização chamado escola, onde todos têm o direito por lei de

usufruir dos serviços públicos ali disponibilizados, deve haver lugar para o debate, bem como para a prática da educação, independente da condição em que o aluno se encontra.

A inclusão de alunos deficientes talvez seja um dos centros desse debate, uma vez que, a partir do momento em que um aluno que apresenta alguma deficiência é incluído na sala de aula regular, muitos desafios são postos à mesa, levando à mobilização de vários agentes sociais, a saber, família, escola e poder público. Outro centro que tem se levando com bastante emergência, é a inclusão tecnológica, principalmente, motivada pela pandemia do Coronavírus, em que as aulas presenciais tiveram que parar, mas para que o ano letivo não parasse junto, adotou-se as aulas remotas com o uso de tecnologias digitais. Mas até que ponto alunos da rede pública têm sido assistidos por esse modelo de ensino, e como as políticas públicas têm os assessorado? Essas e outros questionamentos levam à reflexão sobre a importância da inclusão social dentro da escola pública.

### **7.3 Educação Especial Inclusiva**

A inclusão educacional de pessoas deficientes é uma das grandes conquistas sociais de todos os tempos, mas vale ressaltar que a luta pela inclusão é algo que não se deu repentinamente, foi necessário um longo percurso de manifestações, na tentativa de garantir esse direito fundamental ao cidadão.

Sobre o exposto, Oliveira e Ferreira (2017) apresentam algumas fases pelas quais tiveram que passar a pessoa deficiente para, enfim, chegar à condição de inclusão que se encontra hoje.

O primeiro período que o referido autor cita, é o do extermínio, que, compreende a época da antiguidade. Nele aparecem as primeiras ações referentes ao tratamento a pessoas com deficiência, das civilizações mais antigas até a queda do Império Romano, onde a valorização do homem se dava no corpo perfeito e na força para o trabalho, através da condenação à morte, as pessoas com alguma deficiência eram exterminadas. Nessa época, as crianças que nasciam deficientes, eram assassinadas friamente.

O segundo período, é o da Segregação que, para Oliveira e Ferreira (2017), situa-se na primeira metade do século XX, onde se cria as primeiras instituições de acolhimento às pessoas com deficiência em regime de internato. Surgem neste período os primeiros avanços da área, pois não havia mais o extermínio. Aqui, as pessoas com necessidades especiais, ainda eram excluídas da sociedade, mesmo por seus familiares.

O período da integração iniciou na segunda metade do século XX. Fase marcada por

um grande avanço nesta área, algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, e em poucos casos, às escolas especializadas, mas só frequentavam essas escolas os alunos que se aproximassem a um padrão de normalidade e cabiam e eles se adaptar ao ambiente.

Por fim, Oliveira e Ferreira (2017) nos mostra o período da Inclusão que ganhou respaldo, especialmente a partir dos anos de 1990. Nada mais é que todas as pessoas com necessidades especiais estarem inseridas na escola regular, onde esta proporcione ambientes físicos adaptados e procedimentos educativos que possibilitem o pleno desenvolvimento dos alunos conforme suas necessidades e especificidades.

Para Araújo (2014) no Brasil, foi a partir de 1970 que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Nesse processo histórico das conquistas pela inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino regular, cabe destacar dois importantes acontecimentos que trouxeram legitimidade a esse movimento.

Em âmbito mundial, temos a Declaração de Salamanca de 1994 que, de acordo com Souto (2014), define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação. Tal declaração passou a considerar a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais, seja nos espaços sociais seja em salas de aulas regulares, como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, considerando as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação.

Em âmbito brasileiro, segundo Souto (2014), no ano de 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96. Em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

De acordo com Bezerra (2012, p. 89, apud Bezerra, 2017, p. 477) nos últimos anos, em especial a partir da década de 1990, a inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido cotidianamente vivenciada nas escolas comuns de todo o país, ainda que se possam lançar muitas críticas ao modo como a perspectiva da educação inclusiva foi sendo concebida e operacionalizada no Brasil.

Enquanto palco de valores humanísticos e capitalistas, a escola se viu diante de uma tarefa árdua, que segundo Batista Junior (2016) está relacionada à construção de identidades

docentes capazes de perceberem-se como mediadores imbuídas de oferecer ao novo público, formado pelos até então excluídos (crianças e jovens com deficiência e toda camada de alunos em desvantagem social, econômica ou familiar), uma educação de qualidade, eficiente e promissora.

De acordo com Jacomeli(2017):

A escola inclusiva deve atender ao pluralismo cultural do seu anulado e buscar respostas individuais para as necessidades especiais individuais. Se antes cabia ao aluno com deficiência se adaptar a escola, agora, dentro da concepção da escola inclusiva, é ela quem deve se adaptar ao aluno. Para que isso ocorra, conjugam-se as responsabilidades do professor da turma aonde o aluno se encontra, do diretor, dos demais dos servidores da escola, para discutirem sobre os mecanismos que devem ser utilizados para se encontrar uma resposta exitosa à diversidade. A mediação dos demais colegas irá beneficiar a todos, com ou sem deficiência. O currículo é, ou deve ser o mesmo, fazendo-se necessário investigar quais adequações curriculares devem ser feitas para cada aluno, individualmente, de forma a se obter melhores resultados. (JACOMELI, 2017, p. 01)

Batista Junior (2016) argumenta que uma das práticas na proposta inclusiva é a realização de adaptações e adequações curriculares para a efetiva inclusão das alunas e alunos com deficiência, bem como o projeto pedagógico adequado, conforme as orientações do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse aspecto, as ações do poder público são imprescindíveis para facilitar decisões que, por muitas vezes, ficam apenas na teoria.

A capacitação de professores para atuar com alunos deficientes, a disponibilização de recursos didáticos que facilitem o trabalho desses profissionais, bem como a acessibilidade dentro dos espaços escolares, são questões-chave que dependem de recursos oriundos do poder público para que venha a se concretizar.

Para Nascimento (2015, pág. 2062 e 2063, apud, BRASIL, 2008), o Governo Federal, através do Ministério da Educação lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, importante documento, que tem o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Este documento apresenta um diagnóstico da educação especial, estabelece objetivos, define os alunos atendidos pela educação especial e traça diretrizes. Assim, esse documento, traz orientações aos sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

O documento aborda ainda que professor, em sua preparação para atuação docente, “deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”. Desse feito, “os sistemas de ensino devem garantir a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas,

na edificação, nos transportes escolares, das barreiras nas comunicações e informações”. Nascimento (2015, pág. 2062 e 2063, apud, BRASIL, 2008).

O referido documento, no entanto, não traça ações que garantam a materialidade do que é apresentado. Limitando-se, basicamente, em um apanhado teórico.

O intuito de implementar ações voltadas para Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, levou o Governo Federal a criar, em 2007, a Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, que dispõe, basicamente, sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O foco desse programa é disponibilizar às escolas públicas de ensino regular, um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado.

O governo Federal, através da Resolução nº 27 de 27 de julho de 2012, lança o Programa Escola Acessível, com o objetivo de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. O programa busca disponibilizar recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis (BRASIL, 2011).

Esses e outros programas lançados pelo poder público, principalmente Governo Federal, apontam para a diminuição das desigualdades sociais, em diversos aspectos, desde a inclusão de pessoas deficientes no ensino, na tentativa de atingir a todos com equidade e diminuindo as barreiras do preconceito, à inclusão digital, na tentativa de promover equidade de condições no acesso aos recursos tecnológicos, fundamentais para uma vida em sociedade, e para uma vida na escola.

#### **2.4. Inclusão tecnológica e os desafios do ensino mediado por recursos digitais**

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) atuam na promoção da cultura da informação e comunicação, através de produtos tecnológicos que visam facilitar a vida das pessoas envolvidas nesse processo de comunicação. Tais medidas foram criadas para minimizar esse processo gerando maior eficiência na aquisição de conhecimentos.

No ambiente escolar, o processo de ensino aprendizagem precisa se adequar às novas

práticas, métodos e competências das relações com os estudantes e, às necessidades e/ou demandas do mercado.

Sobre a abertura que as instituições escolares devem dar a seus alunos, para se apropriarem das novas tecnologias, Santos (2015) acrescenta que:

A escola, reconhecidamente uma instituição de controle e conformação de corações e mentes, necessita dar respostas rápidas e minimamente satisfatórias para as novas demandas de instrumentalização, que são contínua e permanentemente apresentadas pelo mercado e que implicam na formação de um profissional docilizado e flexível para as constantes mutabilidades do mundo do trabalho e do capital globalizado. (SANTOS, 2015, p. 16).

Farias (2017, p. 08), acredita que, hoje, o desafio da escola é se “reinventar e se renovar para que possa conduzir, produzir e transmitir o conhecimento por meio de práticas que considerem a diversidade e a complexidade da vida de cada aluno. Eis que no contexto social dos alunos estão presentes as tecnologias e as redes de interação e interatividade, razão pela qual o aperfeiçoamento da prática docente passa pelo desafio de se reinventar para aliar tais tecnologias no ensino-aprendizagem, desengessando o papel do professor para transformar-se em um mediador na condução do conhecimento e das boas práticas.

Todo o discurso de inclusão digital na escola, só é possível, de acordo com Neves e Cunha (2017), mediante a adoção de políticas públicas voltadas para as necessidades sociais e educacionais do corpo escolar, principalmente dos alunos. Compreende-se a inclusão digital como uma categoria de análise, sendo esta “para si” um objeto político. Nessa perspectiva, trata-se de um discurso político materializado em programas, linhas e estratégias de ação, projetos e centros sociodigitais.

Para Bonilla e Preto (2011), a temática das políticas públicas de inclusão digital está presente no Brasil, desde 1999, quando o Governo Federal lançou o “Programa Sociedade da Informação”, através do decreto 3.294 em 15 de dezembro, que resultou no Livro Verde em 2000. Seguiu-se o projeto Computadores para Todos, que teve vigência entre 2005 e 2008, e foi lançado com o objetivo de reduzir os preços dos computadores para facilitar o acesso. O primeiro projeto pecou pela descontinuado, enquanto o segundo perdeu relevância já que o mercado se incumbiu de reduzir os preços.

Pesce e Bruno (2015) amparados em estudos de Helou et al. (2011), assinalam a necessidade de se fomentar políticas públicas de inclusão digital que estejam atentas às demandas de cada região, tendo em vista as desigualdades sociais e topográficas do país.

Assim, segundo os autores:

Ao analisar a implantação de dois projetos conjuntos em um município da área rural, revelou-se que a internet gratuita, os telecentros e a capacitação da comunidade consubstanciam-se como importantes instâncias que contribuem para a inclusão digital de grupos sociais economicamente desfavorecidos. E concluem assegurando que o uso das TDICs contribuiu para o pleno exercício da cidadania da comunidade em questão, por promover a socialização dos sujeitos e favorecer o acesso a novos conhecimentos e a diferentes culturas. (PESCE E BRUNO, 2015, PÁG. 354, APUD, HELOU ET AL, 2011),

Massificar a banda larga, de acordo com Pesce e Bruno (2015), é essencial para atingir grande parte dos excluídos digitais – a outra parte é a disponibilidade de máquina. Para além dessas questões, existe, ainda, a alfabetização digital, que é a preparação de recursos humanos para lidar com recursos digitais.

Para Neves e Cunha (2017). no que tange ao acesso às tecnologias, o art. 80 da LDB busca prever as tecnologias educacionais como instrumentos democratizantes, fortalecedores da promoção de justiça social, permitindo que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, deva dar-se mediante a capacidade de cada um, conforme versado no inciso V do art. 208 da Carta Política.

Se os desafios para o acesso às tecnologias digitais, na rede pública, já eram grandes antes da pandemia do Coronavírus, nota-se uma ampliação desses desafios no cenário do ensino remoto, e também do ensino híbrido, que se projeta ser o método adotado no pós-pandemia.

Para esse momento, De acordo com Brasil (2020), a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior para enfrentar a situação de emergência da saúde pública, dispensando a observância do mínimo de dias de efetivo de trabalho escolar e acadêmico.

Informações trazidas por Ribeiro (2020), dão conta que, como a inclusão digital pressupõe a análise do acesso às tecnologias, esse é o primeiro problema a ser solucionado no Brasil. Conforme dados obtidos da recente Pesquisa TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2019) apenas 39% dos domicílios brasileiros possuem computador (notebook, computador de mesa, tablet), sendo que, quando comparados os dados entre as classes sociais, somente 14% das classes D e E possuem referidos equipamentos, contra 95% e 85%, respectivamente, das classes A e B.

No tocante ao acesso à internet, essa mesma pesquisa (CGI.br, 2019) aponta que 71% dos domicílios brasileiros possuem acesso, seja por cabo ou fibra ótica; conexão móvel via modem ou chip; ou DSL. Porém, a mesma cena de desigualdade social se repete, pois somente 50% da população das classes D e E possui tal acesso, confrontando com 99% e 95%, respectivamente, das pessoas das classes A e B. Ademais, 58% da população, sendo 85% das classes D e E, utiliza a internet somente pelo celular (CGI.br, 2019), o que, do ponto de vista

do acesso às aulas remotas, dificulta o aprendizado, ao passo que, na maioria dos casos, tais aparelhos celulares são compartilhados com outros membros da família e não possuem espaço suficiente para armazenamento das plataformas digitais de ensino. (RIBEIRO, 2020, PÁG. 06).

Essas informações, na perspectiva de Ribeiro (2020), é reveladora das desigualdades no acesso aos meios digitais, especialmente, computadores e internet, e que, portanto, sem a adoção de políticas públicas, impossibilita, o ensino de ser levado de maneira equitativa aos estudantes, principalmente em tempos de isolamento e distanciamento social, bem como que haja inovações na forma de aprendizagem daqui em diante, com a introdução do ensino híbrido (remoto e presencial).

Portanto, vê-se a necessidade de investimentos com qualidade, seja na conexão, seja nos equipamentos para uso. Partindo dessa premissa, Brasil (2020) menciona algumas tentativas adotadas pelo poder público, no intuito de aderir à inclusão digital, como o Projeto de Lei nº 3.462, de 2020, que cria o auxílio-conexão, numa tentativa de assegurar o acesso dos estudantes integrantes de famílias de baixa renda à educação a distância por meio da rede mundial de computadores (internet em banda larga fixa e móvel). Cita o Projeto de Lei nº 3.466, de 2020 que cria o Programa Bolsa Internet, que se destina à subvenção econômica nos serviços de conexão à internet. Por fim destaca o Projeto de Lei nº 3.491, de 2020, que dispõe sobre a concessão de linha de crédito para aquisição de computadores para estudantes da rede pública de ensino básico, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Sobre a situação do Projeto de Lei nº 3.462, de 2020, consta, até o mês de maio de 2021, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos). O Projeto de Lei nº 3.462, de 2020, Senado (2021), ainda se encontra no Plenário do Senado Federal (Secretaria de Atas e Diários). Já o Projeto de Lei nº 3.491, de 2020, encontra-se em tramitação, estando no Plenário do Senado Federal (Secretaria de Atas e Diários)

São projetos importantes, e todos amparados à tentativa de minimizar os efeitos da pandemia, no que tange à saúde pública e no combate às desigualdades sociais em decorrência desse momento histórico.

## 8 METODOLOGIA

A abordagem utilizada para nortear o estudo é de cunho descritivo, uma vez que se buscou realizar registros e descrições por parte do pesquisador das atividades ora desenvolvidas pelos docentes dentro do contexto escolar, sem interromper em seu cotidiano, ou até mesmo vir a influenciar em seus modos de subjetividade. Essa abordagem é necessária, pois buscou-se conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política e econômica dos pesquisados, dentro da instituição escolar em comento.

Nesse sentido, Gil (2009) destaca que o principal motivo da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de variações variáveis [...]. Desse modo, entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm o objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc.

O presente estudo foi realizado junto à Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, localizada na cidade de Baturité, no Estado do Ceará, junto aos docentes que se disponibilizaram a fazer parte do referido estudo, tendo como fonte de coleta de dados um questionário semiestruturado, objetivando apresentar as políticas públicas de inclusão realizadas nessa escola. .

A pesquisa deu-se com um universo / amostra de 09 professores em pleno exercício da docência das seguintes áreas do saber - Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias da instituição educacional em epígrafe.

Inicialmente entrou-se em contato com os professores pesquisados. Após o primeiro contato, efetuou-se a distribuição virtual dos questionários, que foi elaborado pela ferramenta Google Forms, e enviado através de um link ao Whatsapp de cada um deles. O questionário contém 17 itens de respostas entre questões de múltipla escolha e abertas. Para tanto, realizou-se uma entrevista semiestruturada, através do preenchimento do questionário digital, outrora citado.

A proposta que aqui se coloca é analisar as políticas públicas de inclusão educacional realizadas na escola Domingos Sávio, a partir da visão, entendimento e experiências dos professores sobre essa temática.

A investigação adotada nessa pesquisa foi o estudo de caso que, segundo Meirinhos e Osório (2010), tem vindo a incrementar-se e a ganhar maior reputação. Tal notoriedade, no campo da educação e das ciências sociais, muito se tem devido a autores como Yin (1984) e Stack (2000) que embora em perspectivas não completamente coincidentes, têm procurado

aprofundar, sistematizar e credibilizar o estudo de caso no âmbito da metodologia de investigação.

Dentro da técnica utilizada, uma vez que será trabalhado o estudo de caso, percebeu-se que a Escola Municipal Domingos Sávio fundada em 1930, por padres salesianos, passou por algumas mudanças em suas instalações físicas, bem como administrativa, a fim de acomodar um numero maior de alunos internos de Baturité e outros estados. Em 1969, o foco da escola mudou, e o objetivo passou a dar assistência a comunidades carentes da cidade, sendo mantida por padres e irmãos salesianos, mas pela carência de recursos financeiros, esse período durou pouco.

Em 1971, o prefeito da época, Dr. Marcelo de Holanda, recebe o prédio dos padres salesianos passando a ser Escola Pública Domingos Sávio, que funcionou durante pouco tempo tendo que ser desativada. Em 1977, Dr. Marcelo Holanda reativou a escola, instituída oficialmente em 14 de abril como Escola de 1º Grau Municipal Domingos Sávio.

Hoje a escola, de posse do poder público, contempla duas quadras esportivas, sendo uma coberta, 20 salas de aulas que comporta em média 40 alunos, em sua maioria, 01 diretoria/ coordenação pedagógica, 01 secretaria, 01 almoxarifado, 08 banheiros, sendo dois femininos, dois masculinos, dois adaptados para alunos especiais e 02 para professores, 02 cozinhas, 01 depósito para merenda escolar, 01 sala de multimeios, 01 auditório, 02 laboratórios de informática, 01 sala para Atendimento Educacional Especializa, 01 sala de psicóloga, 01 sala de terapeuta ocupacional, 01 sala de fonoaudióloga, e 01 sala de psicopedagogia.

A Escola possui ainda 02 notebooks, 01 projetor data show, 01 impressora multifuncional para facilitar os trabalhos da Secretaria Escolar, 20 computadores (laboratórios), 01 TV, 01 aparelho de DVD, 01 caixa de som amplificada, 16 armários, 05 arquivos/gavetas e 07 estantes de aço para armazenamento de material e arquivo, 02 mesas grandes e 06 birôs.

O corpo técnico administrativo e de serviços gerais é composto por 01 diretor administrativo, 04 coordenadores pedagógicos, 01 secretária escolar, 02 agentes administrativos, 06 auxiliares de serviços, 01 porteiro, 03 vigilantes noturno, 05 merendeiras, 01 monitor de laboratório, totalizando 24 (vinte e seis) funcionários.

A escola trabalha em parceria com a comunidade local, amigos da escola, projetos proporcionados por outras secretarias do município, como Secretaria de Desenvolvimento Social (CSU) com o Projeto CAECA, com aulas de violão, dança, Oficinas entre outras; associação comunitária (AABB) para o engrandecimento da escola e inserindo o estudante nos trabalhos sociais desenvolvidos no município. Neste sentido, os projetos desenvolvidos pela Escola, como: Desenvolvendo a tabuada nas aulas de Educação Física, Jogos Esportivos e Populares, Família na Escola, Projeto de leitura: “Ler é viajar sem sair do lugar”, assim como, as reuniões para planejamento, apresentação e análise do rendimento escolar e outras finalidades, visam estimular a democracia e a participação de todos nas decisões e firmar compromissos de interação.

“O método utilizado nessa pesquisa é o experimental (hipotético-dedutivo) e o conhecimento extraído da realidade natural ou social é quantificável, a partir de um distanciamento entre o investigador e a realidade estudada” (MEIRINHOS E OSÓRIO, 2010)

Gil (2008) afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Ele pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas.

Os dados estatísticos e as legislações mencionadas nessa pesquisa corroboraram para a importância desse estudo, trazendo um acúmulo de informações relevantes e um embasamento teórico, elementos fundamentais para a continuidade dessa pesquisa, de modo satisfatório.

## 9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo de caso se deu na Escola de Ensino Fundamental Domingos Sávio, localizada na cidade de Baturité, Ceará, junto aos docentes que se propuseram a fazer parte do referido estudo, tendo como fonte de coleta de dados um questionário semiestruturado. Nele analisou-se, como os docentes dessa instituição, percebem as políticas públicas de inclusão educacional ali presentes, a partir do processo de inclusão de deficientes e da inclusão digital. A pesquisa deu-se com um universo / amostra de 09 professores em pleno exercício de docência das seguintes áreas do saber - Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias da instituição educacional em epígrafe.

Os achados a seguir, são frutos de uma investigação que procurou contemplar os principais aspectos da inclusão social e educacional, dando ênfase a dois aspectos: políticas públicas de inclusão de portadores de deficientes e políticas públicas de inclusão digital

O primeiro passo foi abordar o perfil do educador, mesclando perguntas relacionadas a dados pessoais e profissionais; o segundo passo abordou a inclusão educacional na instituição escolar, e procurou-se conhecer a experiência do educador com alunos deficientes, bem como perceber a participação e apoio da escola nessa conjuntura inclusiva e ainda identificar os conhecimentos que este educador tem sobre a temática da inclusão educacional de pessoas deficientes. Já o terceiro passo trabalhado no questionário abordou as políticas públicas de inclusão digital na educação, que tratou da acessibilidade prestada pelo poder público, à escola em epígrafe, principalmente no âmbito da pandemia de Covid-19, e a percepção sobre as possibilidades de um ensino híbrido mediado por tecnologias digitais.

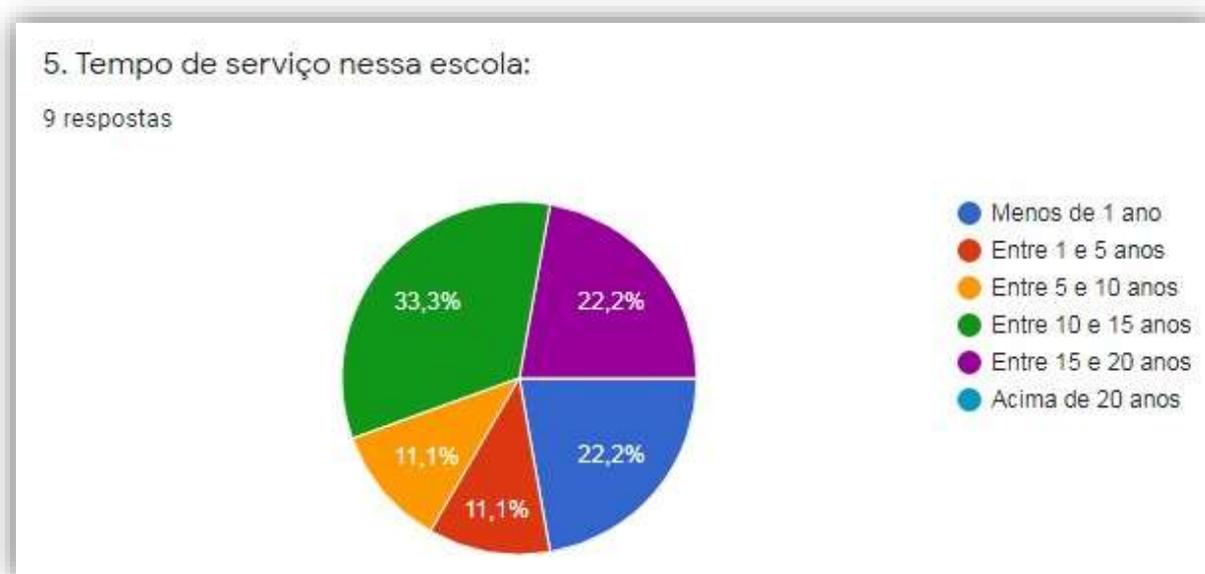
Os resultados desse estudo de caso, que mesclou questões objetivas e abertas, serão expostos a seguir. Os docentes serão identificados pelos códigos P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9, quando houver a necessidade de citá-los.

Em relação à faixa etária, nota-se uma maior distribuição entre os pesquisados. Nenhum deles está na faixa inicial (entre 18 e 24 anos), 01 (11,1%) se encontra na faixa entre 25 e 31 anos, 02 entrevistados (22,2%) se encontram na faixa de 32 a 38 anos, 02 (22,2%) se encontram na faixa entre 39 e 45 anos, 03 deles (33,3%) estão na faixa entre 46 e 52 anos e 01 (11,1%) está acima de 52 anos. As grandes revoluções nas políticas públicas educacionais implementadas no país para pessoas deficientes, como a Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, datam dos anos 1990, assim, pessoas com mais de 25 anos, levam uma carga de experiências, positivas ou negativas, da implementação, ou não, dessas políticas nas instituições escolares, seja quanto docente, seja quanto estudante.

Sobre a escolaridade, das 09 respostas, 02 (22,2%) possuem apenas a graduação, 06 (66,7%) estão no nível da especialização, 01 (11,1%) possui mestrado, e ninguém possui

doutorado. Supõe-se que, quanto maior o nível de escolaridade, mais bagagem teórica o profissional terá na expressão de sua percepção sobre as políticas públicas de inclusão na educação.

Nessa pergunta, houve uma concentração acentuada dos entrevistados que afirmaram lecionar disciplinas da área de Linguagens e Códigos, um total de 05 (55,6%), 02 (22,2%) são da área de matemática, 01 (11,1%) é referente às Ciências Humanas, nenhum afirmou ser de Ciências da Natureza e 01 (11,1%) lecionam outras matérias. Algumas disciplinas, como Português e Matemática, demandam uma carga horário maior com os alunos e, em muitos casos, necessitam de uma quantidade maior de materiais de apoio e um aperfeiçoamento profissional mais aprofundado, bem como fazer uso de multirecursos, para o caso de lidar com alunos deficientes.



**Fonte:** Dados coletados pelo pesquisador

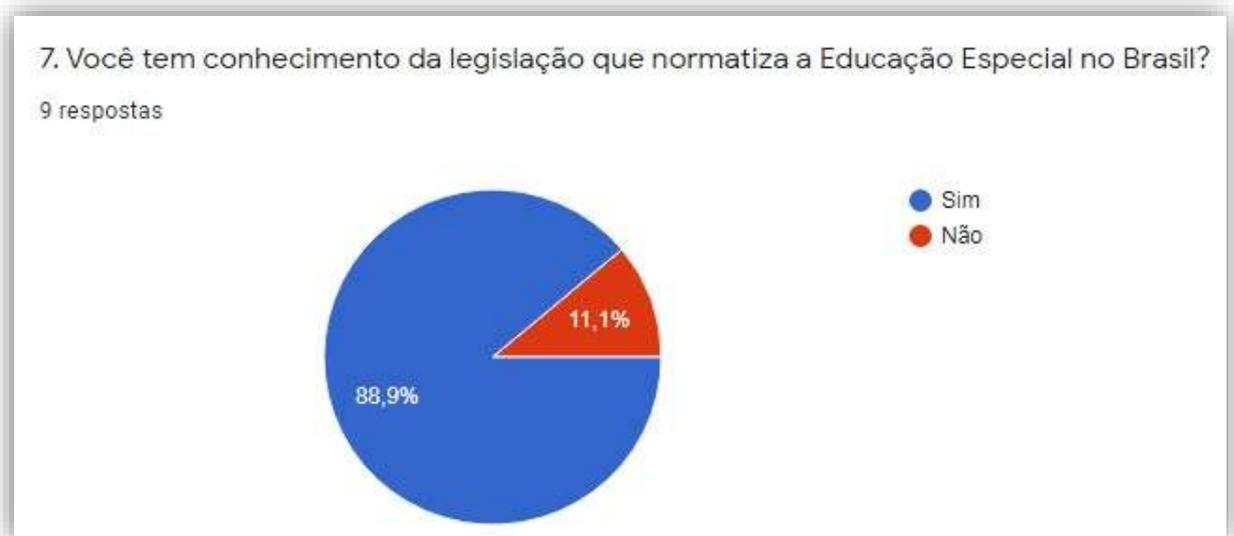
Houve uma variedade bastante considerável sobre o tempo de serviço na escola, assim, 02 (22,2%) afirmam ter menos de 01 ano, 01 (11,1%) afirma ter de 01 a 05 anos, 01 (11,1%) afirma ter de 05 a 10 anos, 03 (33,3%) afirma ter de 10 a 15 anos, enquanto que 02 (22,2%) dizem ter entre 15 e 20 anos. Analisar um lócus de pesquisa, e perceber suas qualidades e deficiências, necessita, fundamentalmente, de um conhecimento empírico do local, assim, supõe-se que os professores com mais tempo de trabalho na escola em epígrafe, conheçam com mais detalhes a constituição social e histórica desse local.

Esses dados sobre o tempo de serviço desses profissionais servem, ainda, para perceber a propriedade pela qual eles trarão nas perguntas subjetivas elencadas adiante. A noção de territorialidade/tempo serve como elemento para embasamento de afirmações sobre determinado espaço.

Quando perguntado aos entrevistados o que eles entendem por inclusão social, P1 afirmou que compreende como um conjunto de ações que combatem a exclusão aos

benefícios da vida em sociedade, provocadas pelas diferenças de classe social, educação, idade, política, gêneros, etc. Inclusão é oferecer oportunidades iguais. P2 entende como o acesso de toda comunidade escolar às tecnologias digitais. Para P3, é o ato de incluir na sociedade, categorias de pessoas historicamente excluídas do processo de socialização, como negros, indígenas, pessoas com necessidades especiais, homossexuais, travestis e transgênicos, bem como aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como moradores de rua e pessoas de baixa renda. P4 percebe como uma forma de oportunizar a todos de forma equitativa o acesso a educação, saúde e tudo que todos tenham por “direito” numa sociedade de todos para todos.

Segundo P5, inclusão social são ações que combatem a exclusão trazendo benefícios para uma sociedade justa e igualitária para todos, oferecendo direitos, acessos e serviços. Para P6, inclusão social é quando oportunizamos direitos iguais a todos, combatendo assim, a exclusão provocada pela desigualdade e o preconceito social ou racial. P7, por sua vez, diz que inclusão social é quando as pessoas têm direitos e oportunidades iguais. Para P8, inclusão, como o próprio nome sugere, trata-se de não deixar de fora, fazer parte de algo... no caso, a inclusão social significa participar todos os benefícios que a sociedade tem para todos os cidadãos, que possam fazer parte com justiça, equidade. No que diz respeito a Educação Especial, é dar condições de acesso a educação e desenvolvimento de habilidades, com um olhar mais sensível, considerando as particularidades de cada caso. Por fim, P9 entendo que a inclusão social trata-se de um conjunto de medidas voltadas para indivíduos excluídos do meio social, seja por uma determinada deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, gênero ou poder aquisitivo dentro da comunidade.



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador

Ao responder essa pergunta, 8 (88,8%) entrevistados dizem conhecer a legislação que normatiza a Educação Especial no Brasil, enquanto que 01 (11,1%) entrevistado diz não possuir esse conhecimento.

Esse questionamento serve para identificar, em um nível superficial, mas introdutório, o entendimento ou a noção das respostas que os entrevistados estão dando, relacionadas às políticas públicas de inclusão educacional na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio. Assim, a percepção dos docentes dessa escola, está diretamente relacionada ao conhecimento de percurso de vida que eles têm sobre a temática em questão. Torna-se, portanto, dispendioso, perceber e analisar um fenômeno, sem ao menos conhecer seus conceitos fundamentais.

Caso você tenha experiência de ensino-aprendizagem com pessoas deficientes, relate um pouco. Essa foi a oitava pergunta do questionário, que contou com 8 respostas. P1 afirma que o aluno com deficiência necessita de um atendimento específico e individualizado. O mesmo tem a sua própria limitação. P2, afirma que trabalhou com os alunos deficientes em uma sala regular durante alguns anos, mas não foi fácil, é uma luta árdua, pois apresentavam dificuldades de aprendizagem tais que: problemas emocionais, psiquiátricos, subnutrição, abandono, violência caseira, várias repetências durante a vida escolar, faixa etária bastante elevada etc. Afirmou ainda que seu trabalho constituiu-se em investigar o conhecimento trazido de casa por cada aluno para, a partir daí, elaborar o planejamento, atendendo cada um deles de acordo com suas condições de aprendizagem. P3 diz que tem um pouco de experiência. Na maioria das vezes os jovens, sobretudo aqueles que possuem limitações que exigem mais ajuda e estrutura, têm baixa frequência, e eles professores, quanto escola, ainda são pouco preparados para ajudá-los, por outro lado também é gratificante acompanhar os pequenos avanços e a forma como professor e turma evoluem como ser humano diante da adaptação a essas situações de aprendizagem que exigem envolvimento da turma.

P4 argumenta que teve experiência com um aluno portador do Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Ele diz que no início foi muito difícil, sentiu muitas dificuldades, mas aos poucos foi desenvolvendo e buscando atividades relacionadas ao que ele mais gostava que seja sistema solar, planetas e variedades de desenhos imaginários. O aluno, em questão, se mostrou muito criativo, correspondendo aos estímulos do professor, e resultando em bons resultados nas avaliações. P5 afirma que os deficientes com os quais teve contato, muitas vezes sentiam-se excluídos, era preciso ter cuidado ao lidar com essas pessoas, evitando causar algum constrangimento. De acordo com P6, as pessoas com deficiência, com as quais teve experiência, sentiam-se excluídas e discriminadas pela sociedade por se acharem

diferentes. Ele conclui, afirmando, que vê que muita coisa melhorou, mas, ainda não é suficiente. Faltam políticas públicas para garantir a equidade.

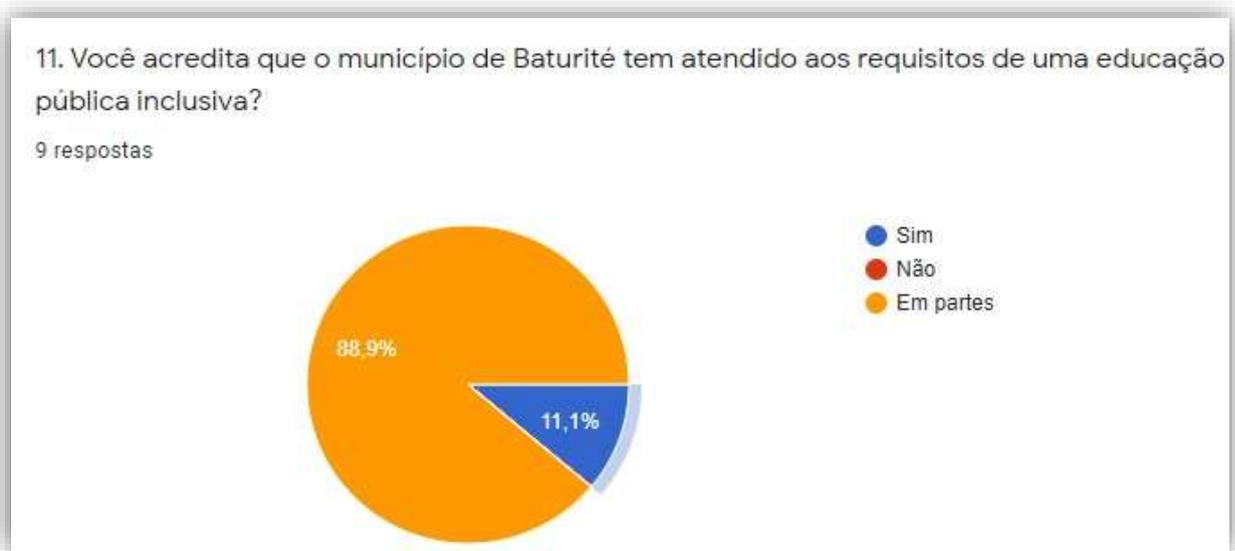
P7 não respondeu a esse questionamento. No argumento das experiências, P8 relata não ter muita experiência, mas teve oportunidade de acompanhar um caso de deficiência auditiva na rede Estadual, em que a aluna tinha a assistência de um interprete, mesmo nas aulas online. O entrevistado afirma que os envolvidos no acompanhamento dessa aluna, foram orientados em alguns aspectos, como por exemplo, buscar vídeos com legenda para facilitar o entendimento, bem como dá-lhe assistência e flexibilidade. Por fim P9 alega que ter essa experiência é bastante desafiador, porém gratificante, pois lida-se com pessoas dotadas de uma capacidade imensa, mesmo com suas limitações, repassa a imagem de seres perseverantes diante da dificuldade que os mesmos apresentam.

Na questão 09 perguntou se os entrevistados participam regularmente de algum projeto ou curso de capacitação para inclusão na educação especial e/ou de inclusão digital na educação? Se sim, comente. P1 não respondeu. P2 disse que não participa. P3 não respondeu. P4 disse que não participa. P5 disse que procura sempre fazer cursos específicos que direcionem como atender uma criança especial que esteja incluída em sua turma. P6 não respondeu. P7 disse que, infelizmente, não participa. P8 afirma não participar. P9 diz que, no momento, não estou participando de nenhum.

A questão 10 perguntou: Se você trabalha com crianças deficientes, quais materiais e métodos usa com eles? P1 respondeu que não trabalha no momento com crianças deficientes. P2 também não trabalha. P3 afirma que Trabalha com o lúdico e ao mesmo tempo interage oralmente a fim de ampliar as potencialidades cognitivas do aluno com necessidades educacionais especiais, fazendo a utilização de materiais pedagógicos estimulando a participação dos mesmos. P4 afirma que não trabalha no momento, mas quando recebe algum aluno com deficiência tem o cuidado de adaptar material, se necessário, como também adaptar a metodologia.

Ainda sobre o uso de materiais e métodos utilizados com deficientes, P5 relata que no momento em que estamos vivendo este cenário, ainda não detectou ou até mesmo não foi informado pela coordenação da escola, da presença em sua sala de alunos com algum tipo de deficiência. P6 destaca que atividades lúdicas como jogos, dinâmicas, desafios eles sempre gostam, chama bastante atenção, diz, portanto, que procura adequá-las ao conteúdo que será abordado no grupão do whatsapp, onde acontecem as aulas, para que eles possam ser incluídos na atividade do dia. P7 afirma que não trabalha com deficientes, ao passo que P8 afirma o mesmo. P9, por sua vez, busca utilizar material concreto para o mesmo manusear e

compreender o que é necessário aprender. O método utilizado é o individual atendendo a necessidade e o nível na qual o aluno se encontra.



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador

Quando perguntado se o Município de Baturité tem atendido aos requisitos de uma educação pública inclusiva, 08 (88,9%) dos entrevistados responderam que isso acontece em partes, enquanto 01 (11,1%) afirma que esse atendimento tem se dado de modo satisfatório.

Esse questionamento possibilita trazer, objetivamente, a opinião dos entrevistados. Como a classe de professores é um público que lida diretamente com as demandas de políticas públicas na educação, seja nas suas condições de trabalho, seja na qualidade do ensino oferecida e recebida pelo aluno, viu-se a necessidade de levantar esse diagnóstico. Essa percepção revela que o Município de Baturité não contempla, em sua totalidade, o conjunto de políticas públicas necessárias para garantir uma educação equitativa e, portanto, inclusiva.

A pergunta 12 trouxe o questionamento da percepção dos professores entrevistados sobre a importância das políticas públicas de inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social presentes na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio. P1 afirmou que as políticas públicas cumprem um papel de extrema importância, no sentido de reparar essas vulnerabilidades e todo esse contexto de exclusão, como a distribuição de cestas básicas às famílias carentes, através do Projeto Mais Saber, com a distribuição de livros didáticos e paradidáticos, entregas de chips para os alunos assistirem às aulas remotas, porém, elas precisam ser ampliadas para que todas as crianças possam ser atendidas. Ao passo que P2 identifica como uma forma de garantir o direito de educação para todos. P3 vê que a questão da inclusão existe, porém, necessita ainda mais de um olhar voltado para esse público, então, e

afirma que cabe ao Estado, nesse contexto, a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação.

A posição de P4 sobre importância dessas políticas públicas na escola em epígrafe, é de acreditar ser de extrema importância, e fomentar um pouco das causas que levam a tanta desigualdade e possibilitar oportunidade, haja visto que sem ajuda, elas ficam sem acesso ao básico e se distancia ainda mais das condições de aprendizagem. Para P5, As políticas públicas, podem, com certeza criar espaços, promover projetos, assegurar direitos e deveres. Porém isso por si só, não é suficiente para se garantir uma inclusão verdadeira. Apenas as leis não dão conta do processo de inclusão, além delas, é preciso que haja condições e recursos humanos, pedagógicos e físicos para que o que é proposto nas leis seja aplicado na realidade, com resultados realmente significativos. E, para que tudo isso possa realmente se efetivar, urge fundamentalmente uma mudança de mentalidade. É como se tivesse sido dado o primeiro passo de uma longa caminhada, de um percurso de lutas para que se garantam a todos as mesmas oportunidades para conviver, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, para ter acesso a todos os bens produzidos socialmente. P6, por sua vez, afirma que mesmo com a implementação de políticas públicas, ainda há uma necessidade maior de atenção para esses alunos que vivem em situações vulneráveis com ações efetivas, atenção especializada de uma equipe para identificar quais problemas, sofrimentos emocionais prejudica o desenvolvimento do aluno, que têm como consequência a falta de estímulos para o processo ensino-aprendizagem.

P7 afirma que as políticas públicas estão amparada por lei, onde esta prescreve que todos somos iguais perante a mesma. Para materializar a igualdade faz-se necessário mapear as situações de vulnerabilidade existentes no âmbito escolar. Segundo P8, as políticas públicas são de fundamental importância para garantir o direito para todos. P9 afirma que tais políticas na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio deveria melhorar. Para tanto, dever-se-ia buscar recursos junto as autoridades competentes para ajudar essas pessoas que estão inseridas na escola.

A questão de número 13 vai de encontro a outro aspecto da inclusão, bastante discutido na atualidade, que é a inclusão digital, no questionário, perguntou-lhes a sua compreensão por inclusão digital. P1 afirma que é dar acesso e condições de utilização dos meios tecnológicos, seja em casa, no trabalho ou na escola, como ferramenta educativa, principalmente em tempos de Pandemia e ensino remoto. P2 compreende que é através do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que permite a inserção de todos na sociedade da informação, e a escola e o poder público não podem se ausentar disso. Semelhante à resposta anterior, P3 acredita que a inclusão digital seja o processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação, de modo a permitir a inserção de todos em uma sociedade interligada por

tecnologias. P4, por sua vez, acredita ser um processo necessário e atual de acesso ao uso das novas tecnologias e a condição não só de acessar, mas também de utilizar com propriedade as ferramentas disponíveis como forma de agilizar os processos de trabalho ou ensino aprendizagem.

A compreensão de P5 sobre inclusão digital, é que seja o processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação, de modo a permitir a inserção de todos na sociedade da informação, é também uma forma de simplificar a sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Para P6, é a ampliação do acesso às tecnologias da informação, comunicação, facilitando e garantindo a todos o uso. P7 acredita que seja o processo de facilitação do acesso às tecnologias digitais, e assim permitir a inserção das pessoas em uma sociedade informatizada. P8 percebe como a inclusão de uma variedade de indivíduos em uma sociedade mediada por tecnologias. P9 finaliza, afirmando que se trata da oportunidade de acesso aos recursos tecnológicos.

Quando perguntados como eles analisam o cenário da inclusão digital em tempo de Covid-19, P1 Considera que ainda existe um abismo entre o ideal e o real no que diz respeito a Inclusão digital, o mundo não estava preparado para viver essa realidade imposta pelo vírus, porém, essa mesma realidade descortinou um fato já vivenciado, mas que agora ganhou projeção... as desigualdades sociais e a exclusão digital. P2 analisa como sendo muito importante, sem essa inclusão digital, ficaria muito complicado a execução de aulas remotas. P3 afirma que o Brasil ainda tem milhões de crianças e adolescentes que, não tem acesso a internet em suas casas. Alguns alunos buscam internet nas casas de vizinhos, usam dados móveis, ou seja, a inclusão digital existe, e nos abre um leque de oportunidades, porém nem todos os nossos alunos têm o mesmo acesso. Mas nosso compromisso em levar a educação aos nossos alunos acontece mesmo diante de tamanha dificuldade. De acordo com P4, esse cenário avançou muito, muito mesmo. Para acompanhar as mudanças vigentes, era necessária uma apropriação desse mundo digital de modo bastante acelerado, e isso vem acontecendo. Porém ainda precisa avançar mais, incluir de fato aqueles que não têm condições de acesso. Diz mais que, como professora, se equipou, trocando de celular, PC, internet e tudo mais, no entanto, há a preocupação de que a por parte daqueles que não possuem tais condições. P4 observa ainda, que a maioria dos alunos não dispõe de internet de qualidade, ou equipamento disponível para a aula e outras pesquisas. Conclui afirmando que esse cenário é antigo, mas já passa da hora de existirem política pública para fazer avançar nessas questões.

A resposta de P5 para a questão da inclusão digital em tempos de Covid-19, é que este é um típico momento em que as incertezas aumentam e que nos colocam em um sistema profundamente perturbado e, ou bem criamos uma situação inovadora ou seremos obrigados a regredir ao passado. P6 acredita que teve um avanço, e isso é notável, mas com bastante desigualdades e dificuldades entre os alunos e professores. A inclusão digital foi ampliada, mas em uma baixa qualidade para todos. Afirma que, como professora, sente bastante necessidade de se qualificar, mas sente dificuldades, pela mudanças frenéticas proporcionadas pelo mundo tecnológico. P7 acredita que, mesmo diante das dificuldades impostas, no tocante ao acesso à internet, há uma dúvida se realmente estamos garantindo a equidade dos discentes. Porém, com o uso das tecnologias, conseguimos reduzir os danos gerados pelo fechamento das escolas. Na percepção de P8, esse cenário de inclusão é de fundamental importância, pois tem facilitado o ensino aprendizagem, de modo que os alunos não fiquem sem estudar. Sem essa inclusão seria inviável diante do momento que estamos vivenciando. Ao passo que P9 percebe-as como ferramentas importantes e necessárias para a comunicação entre as pessoas no âmbito familiar, social e educacional.

A pergunta 15 trouxe o seguinte questionamento: O acesso às aulas remotas têm sido um desafio para alunos do mundo todo. Como você percebe o direcionamento de políticas públicas no assessoramento aos alunos dessa escola? P1 percebe iniciativas que buscam minimizar a falta do acesso as aulas remotas, a falta de motivação, as buscas ativas. Mas ainda falta muito para que esse acesso seja satisfatório. P2 afirma que no momento não estamos recebendo o assessoramento necessário, pois a escola não tem recurso suficiente, para uma demanda tão grande de alunos. P3 destaca que tem sido realizado um forte trabalho, pois mesmo diante de um quadro tal qual estamos vivenciando, a incessante luta por uma educação de qualidade e igualitária tem sido o foco principal dessa escola. P4 percebe boa vontade, mas a eficiência da ação não vejo ainda. P5 acredita que a escola, por ser a maior do município, e estar inserida na zona urbana de Baturité, é a mais beneficiada com as políticas públicas de inclusão, mas em se tratando de tecnologias na educação, isso ainda está engatinhando. Ano passado o município distribuiu chips com créditos de internet para os alunos assistirem as aulas remotas, mas esse ano, ainda não se aderiu. P6 percebe como falho, pois é muito difícil e ninguém estava preparado para esse momento.

Para P7, nesse novo cenário, a escola tem sido protagonista de uma proposta pedagógica onde podemos garantir a continuidade da aprendizagem mediada pelas aulas remotas. Segundo P8, por enquanto a escola não tem esse direcionamento de políticas públicas no assessoramento aos alunos, mas estão criando uma plataforma digital via Secretaria de Educação, na qual

esperamos logo, logo sermos contemplados, enquanto P9 Percebe que está sendo feito um assessoramento, mas que deveria ser feito mais.

Com a Pandemia do Coronavírus controlada, o poder público de todo o Brasil pensa em adotar o ensino híbrido, mesclando momentos na sala tradicional, com momentos usando recursos digitais, seja em casa ou na escola. Como você encara um cenário de ensino híbrido nessa escola? Essa foi a pergunta 16. P1 percebe como inevitável. Muito antes da pandemia, já se caminhava pra isso, com os EADs e o uso de plataformas para cursos semipresenciais. Penso que o que vai mudar no pós- pandemia, será a pressão diante do cenário de exclusão digital, para que sejam ampliadas as políticas públicas. Nesse aspecto os debates que têm sido feitos, nas escolas e nas universidades tem sido bem significativos para que o poder público veja e considere a importância de massificar o acesso aos recursos digitais. Já P2 acredita que é viável, desde que haja um cuidado especial com a comunidade escolar e salas equipadas com recursos digitais, bem como uma formação adequada para os professores. Segundo P3, será de grande importância, porém requer um planejamento minucioso visando favorecer a nossa classe estudantil em massa. P4 encara que ainda vai ser preciso avançar no acesso para nossos alunos, em formação para nós professores. Em sua opinião, é o caminho mais viável para o momento, e a escola Domingos Sávio tem sido orientado para esse cenário.

Na visão de P5, o ensino híbrido na Escola Domingos Sávio é algo necessário, e acredito que não vai demorar a acontecer. Nas formações da CREDE 8, temos recebido algumas orientações teóricas de como ele pode ser, e já é possível notar como ele se daria nessa escola, no entanto, muito ainda precisa ser adaptado. P6 acredita que ensino híbrido na escola Domingos Sávio, trará muitos aspectos positivos, dentre eles maior contato do aluno com situações reais de aprendizagem, mas a escola não está preparada. P7 nota que a escola carece de um bom aparato tecnológico, formação e treinamentos para os professores e investimentos por parte da gestão municipal. Se mostra otimista ao afirmar que a escola, mesmo com suas limitações iniciais, tem tudo boa vontade para oferecer esse ensino com qualidade. P8 percebe o ensino híbrido nessa escola como um grande desafio, uma vez que é uma das maiores escolas do Estado do Ceará, com cerca de 1.300 matrículas, mas acredita que será necessário. P9 afirma que precisa que sejam equipados os laboratórios de informática com o material necessário para que possa ocorrer esse ensino.

A questão 17 foi a seguinte: Além da inclusão de pessoas deficientes e da inclusão digital tratadas nessa pesquisa, existe alguma forma de inclusão social que essa escola adota, e que você gostaria de destacar? De acordo com P1 a escola, vez ou outra, faz campanhas

solidárias. Embora para alguns possa parecer mero assistencialismo, mas a campanha motiva a solidariedade, o apoio e o sentimento de partilha com os que mais precisam. A verdadeira inclusão social deve ocorrer com o envolvimento de diversos setores da sociedade, que com pequenas iniciativas, motivam a uma discussão maior até chegar ao poder público. P2 traz que a escola está sempre apta no acolhimento dessas de projetos e ideias, sem nenhuma restrição, daí seleciona os mais viáveis. P3 afirma que a escola abraça alguns programas de inclusão, um deles, o NAPE (Núcleo de Aprendizagem Pedagógico Especializado) tem o objetivo de assegurar o apoio ao aluno com necessidades educativas especiais em ambiente escolar, promovendo sua inclusão em sala de aula da rede regular de ensino. O trabalho objetiva a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, preferencialmente da rede Pública, que englobam as deficiências: mental, visual, auditiva, física, transtorno global de desenvolvimento, as deficiências múltiplas e altas habilidades, bem como alunos do ensino regular que apresentem algum tipo de dificuldade e que esteja comprometendo sua aprendizagem.

P4 observa que no período da pandemia houve uma suspensão nas atividades que percebia ser de inclusão, uma delas é voltada para a questão do esporte. A escola é muito aberta pra essa questão, a quadra, por exemplo, estava sempre acessível não só para os eventos esportivos da escola, mais pra sociedade e pra comunidade do entorno e isso é muito legal e ajuda muito as crianças em situação de vulnerabilidade, pois ocupa muito sua mente. Acho um projeto assim, interessante, e merecia um investimento, um olhar diferente por parte dos governantes. P5 afirma que não há, ao passo que P6 também traz a mesma afirmação. P7, como afirma estar chegando agora na escola, ainda teve essa percepção. De acordo com P8, a escola ao longo dos anos tem acolhido os alunos especiais, numa forma de equidade, ela tem se destacado com o maior número de matriculados, devido a parceria com o NAPE (NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO) que funciona na referida escola. P9, por sua vez, afirma não existir tais iniciativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, nessa pesquisa, que os docentes entrevistados apresentam conhecimento apurada à cerca das Políticas Públicas presentes na Escola Municipal Domingos Sávio, através dos projetos educacionais ali instalados, e do histórico de ações a qual a escola é participante, em parceria com outras instituições públicas do Município de Baturité-CE.

Desse modo, cumpriu seu objetivo geral de analisar a percepção de docentes da Escola Municipal Domingos Sávio sobre as políticas públicas educacionais presentes nessa instituição, para tanto, aplicou-se um questionário, que foi dividido em três etapas: o primeiro passo foi abordar o *perfil do educador*, mesclando perguntas relacionadas a dados pessoais e profissionais; o segundo passo abordou a *inclusão educacional na instituição escolar*, e procurou-se conhecer a experiência do educador com alunos deficientes, bem como perceber a participação e apoio da escola nessa conjuntura inclusiva e ainda identificar os conhecimentos que este educador tem sobre a temática da inclusão educacional de pessoas deficientes. Já o terceiro passo trabalhado no questionário abordou as *políticas públicas de inclusão digital na educação*, que tratou da acessibilidade prestada pelo poder pública, à escola em epígrafe, principalmente no âmbito da pandemia de Covid-19, e a percepção sobre as possibilidades de um ensino híbrido mediado por tecnologias digitais.

As percepções aqui analisadas foram de encontro ao fazer pedagógico do professor e de como este percebe a qualidade no ensino, voltado para uma perspectiva inclusiva. Notou-se que os educadores, de fato, se colocam no lugar do aluno, ao refletirem sobre o ensino mediado por tecnologias digitais, a partir das aulas remotas ora presenciadas, e em um cenário híbrido; destacando-se a pouca assistência dada à escola, nesse aspecto. Também se notou um cuidado em refletir sobre as práticas inclusivas voltadas para alunos deficientes, principalmente, por que essa tem sido uma questão histórica, e amplamente discutida nos aparatos legais, com reflexos na sociedade de modo geral.

Para além desse objetivo, essa pesquisa buscou demonstrar a importância de políticas públicas educacionais, no assessoramento a estudantes em situação de vulnerabilidade social na Escola Municipal Domingos Sávio; analisou vertentes teóricas que apontam para a inclusão educacional nos diversos âmbitos sociais; identificou os recursos utilizados para promover a inclusão na Escola Municipal Domingos Sávio.

Em relação ao problema de pesquisa, constatou-se que o mesmo foi resolvido, pois se constatou, a partir das respostas dos entrevistados, um apanhado bastante eclético de opiniões sobre a percepção das políticas de inclusão na escola em epígrafe, bem como a aplicação de

conceitos, por parte dos discentes, que demonstram um conhecimento da realidade vigente.

Assim sendo, ela servirá como fonte de consulta para a comunidade acadêmica e escolar que venham a abordar a questão da Educação Inclusiva.

Como mostrado, a escolha dessa temática para a elaboração dessa pesquisa se deu por acreditar que muitas escolas ainda não estão preparadas para a inclusão, exigindo delas a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos, no caso de alunos deficientes, cita-se a acessibilidade às salas de aula, como rampas de acesso ou elevadores, de modo a facilitar a entrada e saída dos alunos para ir ao banheiro, participar do intervalo, eventos, etc, ou ainda na capacitação de professores, e no caso da inclusão digital, cita-se os meios adotados pelo poder público, principalmente prefeituras, para assistir estudantes em situação de vulnerabilidade social, seja em aulas remotas ou híbridas.

A única limitação dessa pesquisa foi não ter tido a oportunidade de visitar pessoalmente a instituição escolar em epígrafe para um estudo mais detalhado e aprofundado, devido à pandemia do Coronavírus, causando um isolamento social em massa, no entanto, o uso dos aparatos tecnológicos disponíveis, foi a forma encontrada para aplicar o questionário aos professores, através da rede social Whatsapp, este, por sua vez, elaborado no Google Forms.

A presente pesquisa não pode ser generalizada para todos os casos, mas recomenda-se uma aplicação a um número maior de unidade escolares, para que se consiga contemplar uma variedade maior de situações como a que aqui foi trabalhada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marciliana Baptista. Breve histórico da Educação Inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em Juiz de Fora. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, Curso de Pedagogia - N. 16, JAN/JUL 2014.

ARAÚJO. Adiene Silva. A educação Especial e os caminhos da inclusão nas escolas brasileiras. CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.

BATISTA JÚNIOR, J. R. L. Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas / José Ribamar Lopes Batista Júnior. – Pipa Comunicação, 2016.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação inclusiva: v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 13 maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.622/2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acesso em: 13 maio de 2021..

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: . Acesso em: 13 maio de 2021.

BRASIL. Programa Escola Acessível, 2011. Disponível em < [Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br) > acesso em 14 de maio de 2021.

BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. Inclusão digital: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 188p. ISBN 978-85-232-1206-3. Available from SciELO Books.

BRUSTTOLIN, Fabrício J.; DREY, Vinicius. Educação e Trabalho: agentes transformadores da realidade. Artigo Científico, 2016.

CRISTOFOLETI, Rita de Cássia, A importância da educação para a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos: o papel da escola e da linguagem. XVI ENDIPE - Encontro

Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

COIMBRA, João Quadros. Escola, Sociedade e Transformação. Instituto Superior de Educação do Rio De Janeiro, 2013.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo e. A Pesquisa Científica. Catálogo Científico, 2012.

FARIAS, Alice Lameira. As tecnologias educacionais em rede como objeto de mudança social e cultural. Congresso de Direito, 2017.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas. 2015.

GERHARDT, Tatiana ENGEL; Silveira Denise Tolfo. Métodos de pesquisa.; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2009.

JACOMELI, Renan Bezerra. A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Portal Brasil Escola, 2017.

JORNAL O GLOBO. Escolas inclusivas. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736>> acessado em 13 de março de 2019.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, Antônio. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. Instituto Politécnico de Bragança (IPB), EDUSER: revista de educação, Vol 2(2), 2010.

MORAES, Bianca Mota de. Políticas Públicas de Educação [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016.

NASCIMENTO, Suzete Viana. Políticas públicas para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no brasil. EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015.

NEVES, Barbara Coelho; Cunha, Maria Couto. Políticas Públicas educacionais: Foco na inclusão digital. Educativa, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 527-546, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Artigo Científico, 2012.

OLIVEIRA, Luana Carolina Rodrigues Santos; FERREIRA, Rosangela Aparecida Araújo. A história da educação inclusiva. Artigo Científico, 2017.

RIBEIRO, Renata Maia. Políticas públicas como forma de minimizar a desigualdade digital evidenciada pela pandemia. Conedu, VII Congresso Nacional de Educação, 2020.

SANTOS, Lilian Regina Araújo dos. Visões e perspectivas do uso das TDICs na educação escolar. PUC-PR2015.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 3462, de 2020. Disponível em <  
[https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-  
/materia/142744#:~:text=Determina%20ao%20poder%20p%C3%ABlico%20a,p%C3%ABlica%20](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142744#:~:text=Determina%20ao%20poder%20p%C3%ABlico%20a,p%C3%ABlica%20)> acesso em 13 de maio de 2021.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. Periódico Científico Projeção e Docência | v.5 | n.2, 2014.

SOUTO, Maricélia Tomázde; Educação Inclusiva no Brasil contexto histórico e contemporaneidade. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2014.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STOCHI, Claudia Roberta Rosa. Qual o papel da educação para a sociedade? Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, 2016.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. London: Sage, 1984.